

**A AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA, SEGUNDO DEPOIMENTO DE
PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO WALDEMAR
LINDERMAYR, MUNICÍPIO DE NOVO PROGRESSO – PA, NO ANO DE 2010**

*Mendes, Adriana Manfroi¹
**Oliveira, Augusto Alves de²
***Ramalho, Marilza da Silva³

O presente artigo científico tem como objetivo a investigação da avaliação classificatória no meio educacional, relacionando o referido sistema às formas em que se apresenta a desigualdade social, com o intuito de viabilizar a reflexão a respeito das atuais avaliações e contribuir para que haja redução das disparidades sociais. E desta forma, conscientizar os educadores de que a avaliação classificatória impede o desenvolvimento das habilidades individuais. A referida pesquisa classifica-se como pesquisa aplicada, com o intento de gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos às soluções de problemas locais específicos; sua abordagem é quantitativa; do ponto de vista de seus objetivos, é exploratória, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; dos procedimentos técnicos de pesquisa, considera-se de levantamento, mas também com utilização de bibliografias para devido embasamento. A pesquisa foi desenvolvida com professores da Escola Estadual de Ensino Médio Waldemar Lindermayr. A mesma está localizada na Rua: Maria Valéria Rempel, Bairro: Cristo Rei. Área de Esquina, medindo 66,50m frente; Lateral 60,00m, Rua Maringá: Fundos Santa Izabel; Área construída 808,40m² em alvenaria; Processo de Autorização do Conselho Estadual de Educação N° 881/05 Par. 474/05-CEE; Resolução do Conselho Estadual de Educação N° 420 de 18 de novembro de 2005; Código do MEC: 15.140.741; Conselho Escolar da escola E. E. Ensino Médio Waldemar Lindermayr, N° da inscrição: 08.015.971/0001-17; Data de abertura: 27/04/2006. A coleta de dados se deu através de entrevistas, questionários, no que se refere a coleta primária, já a secundária, foi realizada por meio de livros, revistas, sites e demais materiais relacionados. Referindo-se aos resultados esperados da pesquisa meios de veicularização, como sites, congressos, artigos, banners, folders, entre outros, contribuem para reformas necessárias no sistema de educação e formação. Deste modo, esperamos que o nosso trabalho possa de alguma forma ser compartilhado, absorvido ou até mesmo aprimorado através da divulgação, importante no processo evolutivo da sociedade.

Palavras-chave: Avaliação, Educação, Desigualdade Social.

¹ Filósofa, Pedagoga, Especialista em Metodologia do Ensino Médio e Superior, acadêmica em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia.

² Pedagogo, Especialista em Gestão Escolar, Especialista em Metodologia do Ensino Médio e Superior, acadêmico em Administração de empresas.

³ Filósofa, Pedagoga, Especialista em Metodologia do Ensino Médio e Superior.

ABSTRACT

This research paper aims to investigate the classificatory evaluation in the educational environment by linking that system to the ways in which social inequality is presented, in order to facilitate the reflection on the current assessments and contribute to reducing disparities that act social. And so, educators realize that the evaluation of classification prevents the development of individual skills. This research is classified as applied research, with the intent of generating knowledge for practical solutions aimed at specific local problems, their approach is quantitative, in terms of its objectives, is exploratory and involves literature review, interviews with people who had practical experience with the researched problem, the technical procedures of research, it is lifting, but also due to use of bibliographies basement. The research was conducted with the State School Teachers High School Waldemar Lindermayr. The same is located at Maria Valerie Rempel Street, District: Christ the King Corner space, measuring 66.50 m front; Side 60.00 m, Maringá Street: Funds Santa Izabel; Area 808.40 m² built in masonry; Authorization Process State Board of Education No. 881/05 Par. 474/05-CEE; Resolution of the State Board of Education No. 420 of 18 November 2005, MEC Code: 15140741; School Board School E. E. School Waldemar Lindermayr, N^o. inscription: 08.015.971/0001-17; Opening Date: 27/04/2006. Data collection was through interviews, questionnaires, as regards the primary collection, secondary already was done through books, magazines, websites and other related materials. Referring to the expected results of the research vehicle media such as websites, conferences, articles, banners, brochures, among others, contribute to needed reforms in education and training. Thus, we hope that our work might somehow be shared, absorbed or even enhanced by disclosing important in the evolutionary process of society.

Keywords: Evaluation. Education. Social Inequality.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aspira proporcionar reflexão quanto aos métodos avaliativos a favor da humanização, da equalização de oportunidades, da construção da justiça e da paz, de forma explícita e democrática. Isso significa que os mesmos devem promover a emancipação e libertação do homem. Tal emancipação se fará em estreitas, contínuas, dialéticas relações do homem com a cultura, do ser com o significado. Pois é relevante para se fazer homem, ser conduzido à cultura e, nesse processo, apreender, interpretar, criar significados, tornando-se construtor da cultura.

A complexidade do tema escolhido exige análise minuciosa das vertentes relacionadas ao sistema de avaliação. Uma vez que somos membros de uma sociedade capitalista, onde a mesma se utiliza de estratégias e meios extremamente voltados para a aquisição de poder, e para que o capitalismo progrida, uma quantidade significativa da população deve ser excluída da tão sonhada ascensão social. Portanto investigar as raízes do problema implica oportunizar mudanças. Tendo em vista que a relevância da pesquisa está totalmente voltada para o desencadeamento de um processo reflexivo extremamente importante nestas circunstâncias.

Segundo Demo (2004, pg.48), “toda avaliação é naturalmente classificatória, a mesma tem dupla face, é condenada por ser excludente e por outro lado faz parte do negócio.” O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

O sistema de avaliação quando classificatório interfere na vida social dos indivíduos, podendo levá-los a desistir de seus ideais, entendendo que nesses casos, não são consideradas as habilidades e peculiaridades dos entes, pois os mesmos são obrigados a ser adequar às normas estabelecidas pelas instituições sociais a serviço do capital. Reduz ainda, o índice de pessoas que ingressam no Ensino Superior, o que contribui para o aumento da desigualdade social.

No entanto, não podemos afirmar em que ponto do sistema educacional encontra-se uma possível resposta para a problemática, o que torna relevante a opinião e verificação dos conceitos e métodos processuais de educadores atuantes na E. E. E. M. Valdemar Lindermayr, município de Novo Progresso – PA, no ano de 2010.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O sistema de ensino hoje é um legado de forças históricas, econômicas e sociais que nem sempre operam de modo consciente. De alguma forma o sistema atual de ensino é este porque é isto que a sociedade em seu conjunto exige.

No Brasil Colônia prevaleceu a educação humanista e elitista dos padres da Companhia de Jesus, onde os mesmos operavam na catequização dos índios e fundaram inúmeras escolas de “ler e escrever”. No entanto, a maior ênfase se deu para a escola secundária, destinada aos filhos dos colonos e ao encaminhamento dos futuros padres. A economia exclusivamente agrária não exigia mão de obra qualificada, o que explica o descaso pela educação popular. O ensino Jesuítico vigorou até o ano de 1759, quando marquês de Pombal expulsou todos os padres da Companhia de Jesus de Portugal e de suas colônias. A partir de então se iniciou o ensino laico, a educação era prioridade da elite com os mesmos objetivos religiosos e literários e com apelo à autoridade e à disciplina - precedentes para a Educação atual.

3 EDUCAÇÃO EM NOVO PROGRESSO

No ano de 1982 foi instituída a 1ª turma de alunos, de Novo Progresso, onde a senhora Nilda Prazeres se prontificou a lecionar gratuitamente, sem qualquer vínculo com o Estado e com o município de Itaituba, ao qual Novo Progresso pertencia.

No ano de 1983, o Estado contratou a professora Maria Doralina Ruaro, e a escola passou a se chamar MEC/SEDUC km 1085. A turma era multisseriada com poucos alunos e apenas uma professora. Em 1984, com a chegada de mais uma professora, Ilda Araújo, dividiu-se em duas turmas, uma com alunos de 2ª a 4ª séries, atendidos pela professora Ilda e outra com alunos de 1ª série com a professora Maria Doralina.

A educação daquela época não se estendeu apenas na sede do atual município, mas também nas comunidades rurais, onde os moradores iam aos poucos sanando as dificuldades como podiam.

O Ensino Fundamental completo veio a ser implantado no ano de 1986, local onde se encontra hoje a Escola Maria Doralina Ruaro, o qual funcionava em sistema de multisseriado. Com aumento populacional, no ano de 1989, a comunidade se organizou e construiu outra escola no atual Bairro Bela Vista, que recebeu o nome do deputado João Carlos Batista. No primeiro ano de funcionamento a escola possuía 65 alunos de 1ª a 4ª série, distribuídos em 4 turmas.

A partir de 1991, com a emancipação do município de Novo Progresso, houve um aumento considerável de alunos e já em 1992, quando foi instituída a prefeitura, a Secretária de Educação – Professora Ilda Araújo – entrou com o pedido do 1º projeto para atender o Ensino Médio (2º grau). Era uma proposta do governo Estadual para implantar Ensino Médio modular para atender alunos do interior.

Os alunos concluintes da 1ª turma do Ensino Médio (magistério) foram: Augusto Alves de Oliveira, Clarice Spies, Dalva Avelar Magalhães, Delva Silva, Edegar Onetta, Edson Royer, Fernando Sanches, João Batista Borges, João de Oliveira, Leonir Spies, Levi Onetta, Luzeny Moraes Borges, Madalena Hoffmann, Mariléia Regina Alves, Marli Onetta, Noélise Spies, Sandra Regina Prazeres, Sirley A. Costa Magalhães, Solange Viviane Royer e Vânia Maria de Souza Oliveira.

Alguns desses alunos são profissionais formados e atuantes em sua área de trabalho. O mesmo foi ofertado até o ano de 2000, a partir de então o Ensino Médio, passou a ser regular.

Quando Novo Progresso foi emancipado o município recebeu 600 alunos – de alfabetização a 8ª série -, as escolas ficavam localizadas ao longo do município, desde o Riozinho até algumas escolas próximas de Castelo dos Sonhos. Ao todo o município recebeu 23 funcionários (professores, diretores, serventes).

Os professores, em sua maioria, não possuíam formação profissional para exercer a função. Em todo o município, apenas dois tinham formação em magistério. E para sanar essa dificuldade, no ano de 1993, a Secretaria de Educação do Município aderiu ao Projeto Gavião I, em janeiro de 1994, com duração de 04 anos Suprindo a formação de Ensino Fundamental. Logo após o término deste, foi implantado o Gavião II, dando formação em magistério.

Já a partir de 1997, o município, aderiu à municipalização do ensino, onde todas as escolas passaram a ser de responsabilidade do município. Também aderiu à municipalização

da merenda escolar, sendo responsável pela licitação e compra da merenda. Ainda foi nessa época que o município foi incluído no PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), passando a ter a escolha dos livros didáticos para as escolas.

Nesse período, foi construída a primeira Escola de Educação Infantil, no ano de 1998. Em 1999, foi construída a 1ª creche na sede do município, tendo recebido o nome de Recanto Infantil Dejanira Melo de Lima. A creche começou a funcionar em janeiro de 2000, com um espaço para atender 140 crianças de 02 a 04 anos.

Muitas outras mudanças ocorreram na educação após a emancipação de Novo Progresso. Foram implantados: Projeto de Aceleração (1999), Educação Especial – que funcionou por 01 ano (2000), EJA – Educação de Jovens e Adultos – ainda em funcionamento, Educação Indígena – funcionou no período de 1999 a 2000, na aldeia Baú, posteriormente retomou seu funcionamento até os dias de hoje. Também foi criada a Biblioteca Pública; criado o Brasão, a Bandeira e o Hino oficial do município; realizada anualmente a Feira de Ciências, além do desfile de 07 de setembro, Maratona, Jogos Estudantis, incentivo a Grupos de Danças. Ainda, tem sido ofertados cursos de capacitação, encontros pedagógicos, oficinas, palestras e demais orientações em auxílio à prática docente e atendimento psicopedagógico (Professora Cleide Rosângela Brighenti) às escolas nos anos de 1999 a 2000, contando com o atendimento de outros especialistas atualmente, mais restrito à sede municipal. Houve ainda a realização do concurso público no ano de 1998 e mais recentemente em 2008, onde se formou o quadro de funcionários municipais.

Em 2001 foi ofertada a Educação Superior. A Secretaria de Educação, através do Prefeito Municipal Juscelino Alves Rodrigues, assinou um convênio de um curso de graduação (Pedagogia) com a UFPA – Universidade Federal do Pará – com o objetivo de qualificar profissionais que já atuavam na educação. Em 2001/2002, houve a implantação de uma extensão da UNIFLOR (União das Universidades de Alta Floresta).

Atualmente, outras instituições instalaram-se no município, ofertando maior diversificação de cursos, dentre as quais, podemos destacar uma extensão da FASIP, Faculdade da cidade de Sinop - MT, onde são ministrados cursos de graduação como Turismo, Administração de Empresas Com Ênfase em Marketing, Agronegócios e Gestão Financeira e de pós-graduação, com especialização em diversas áreas tais como Saúde Coletiva, Didática e Metodologia do Ensino Médio e Superior, Português e Literatura e outros cursos em andamento atualmente na área educacional.

4 DEFINIÇÃO DE AVALIAÇÃO

Para discutir as premissas da avaliação, faz-se necessário a distinção dos conceitos intrínsecos a mesma, ou seja, o que é, e o que não é avaliação. A nota utilizada para atribuir valor é simplesmente uma exigência do sistema, e não a avaliação em si, pois, a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento (VASCONCELLOS, 1998), o que necessita extremo e profundo conhecimento do sujeito avaliado.

No contexto educacional, a avaliação escolar tem sido versada sob a ótica de uma avaliação classificatória que, de acordo com Hoffmann (2003), o professor apenas corrige tarefas e provas do aluno para verificar respostas certas e erradas e, com base nessa verificação periódica, toma decisões quanto ao seu aproveitamento escolar, sua aprovação ou reprovação, ou seja, é a inquisição da sala de aula, momento de se vingar daquele aluno problemático, e muitas vezes indisciplinado.

As relações de poder que se travam em nome dessa prática são reflexos de uma sociedade liberal e capitalista, que se nutre de exigências burocráticas para mascarar o seu verdadeiro descaso com a educação em todos os níveis. É urgente encaminhar a avaliação, a partir da efetiva relação professor e aluno, em benefício à educação do nosso país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo processo de eliminação de crianças e jovens da escola (HOFFMANN, 1991, p.42).

Tal prática evidencia a avaliação externa ao sujeito, e se preocupa simplesmente em punir, repreender e controlar o comportamento deste, usando a avaliação como reprovação para selecionar. Nesse sentido, a aprendizagem, o principal foco da avaliação, é tomada em segundo plano, de forma subjetiva, sem critérios e alheio ao real conhecimento que o aluno obteve de determinado assunto. Em contrapartida, estudos apontam a necessidade de efetivar a prática de uma avaliação mediadora, na qual o professor analisa as manifestações dos alunos bem como a situação de aprendizagem, a fim de acompanhar as hipóteses que vêm formulando a respeito de determinados assuntos, em diferentes áreas de conhecimento, de forma a exercer uma ação educativa que lhes favoreça a descoberta de melhores soluções, ou a reformulação de hipóteses preliminarmente formuladas acompanhando o acesso gradativo do aluno a um saber competente na escola e, portanto, sua promoção a séries seguintes.

(HOFFMANN, 2003) Revista F@pciência, Apucarana-PR, ISSN 1984-2333, v.4, n. 6, p. 56 – 60, 2009. 59

Essa postura avaliativa favorece a aprendizagem de forma significativa e desafiadora, no sentido de que o sujeito do processo de aprendizagem é o próprio aluno, que são motivados intrinsecamente a compreenderem os conteúdos propostos.

Partindo dessa premissa, a avaliação deve ser reflexiva, relacional e compreensiva. Contudo, a avaliação sócio-afetiva não deve ter vínculo com nota. Além disso, há de se ressaltar que o maior objetivo do professor não deve ser o de saber, mas o de garantir o saber de todos. Ele deve exercer papel de educador que faz a avaliação para acompanhar e ajudar o aluno, e não de transmissor que usa a avaliação como controle de repressão.

5 AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA

Vasconcellos (1998) salienta que a temática avaliação tem sido palco de inúmeras discussões no cenário atual, tendo em vista os baixos índices de aprendizagem apresentados pelos alunos em nível nacional e internacional, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura, escrita e cálculo. Num sentido amplo, o problema da avaliação está inserido num sistema social que impõe valores desumanos cujos resultados se verificam na prática da sala de aula. Dessa forma, serve para favorecer a classe dominante, sendo grande obstáculo da avaliação o seu uso como instrumento de discriminação, de controle, ideologia e seleção social, na medida em que assume, no âmbito escolar, a tarefa de selecionar os aptos e inaptos.

Conforme Vasconcellos (1998), o que se observa é um tipo de avaliação autoritária, com o cunho apenas de constatar e não intervir para mudar.

Há uma necessidade emergente em superar a visão pragmática e burocrática da avaliação, a fim de gerar verdadeiro aprendizado, explorar a curiosidade, expandir a postura de pesquisador, produtor e leitor da realidade em que está inserido. Nesse sentido, é de grande relevância observar e diagnosticar como os profissionais que atuam nas diferentes modalidades de ensino percebe e pratica o ato de avaliar no cotidiano escolar, a fim de

investigar e principalmente promover mudanças significativas na forma de ver, compreender e sentir a avaliação no âmbito escolar e versar sobre a efetivação de uma avaliação mediadora.

6 A ESCOLA A SERVIÇO DO CAPITAL

As significativas transformações ocorridas no processo de trabalho e nas relações de produções explicitam o caráter contraditório da nova sociabilidade do capital, onde se contrapõe o grande desenvolvimento das forças produtivas versus diferentes formas de alienação, exploração da classe trabalhista.

Apesar do discurso a respeito da liberdade do mercado e sua promessa de prosperidade, na realidade são políticas excludentes, perdas de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e agressões aos direitos humanos.

A escola não poderia ficar fora dessa conjuntura. A função social do professor está posta nesse contexto, como uma prática social. A função docente articula-se com a nova sociabilidade do capital, mediante os papéis que ela cumpre, no sentido de transformar ou de legitimar as políticas educacionais em curso, demandadas pela nova ordem mundial.

Certamente, contexto neoliberal capitalista torna-se preocupação lancinante: não se pode elidir este tipo de referência, mas ela tende a açambarcar tudo aí está a dureza da vida: enquanto que, para os mais ricos (uma minoria) ao longe tremula a oportunidade de estudar de graça na melhor universidade pública, para os mais pobres torna-se desempenho ingente terminar o ensino fundamental. O desespero do professor consciente está em não instilar na educação oferecida para os mais pobres rebaixamentos empobrecidos, fazendo equilíbrio complicado entre a dimensão formativa humana e a necessidade de desempenho, tendo em vista que a população mais pobre precisa saber confrontar-se: quem não se confronta torna-se solidário com a opressão. (DEMO, 2004, p.34)

Essa função mantém uma relativa autonomia em relação à sociabilidade global, como uma particularidade desse todo social. Tomando-se a realidade como um completo estruturado, orgânico, em permanente transformação, pode-se dizer que a função docente é o todo num determinado momento, e por isso é concreta, um fato histórico, não uma abstração, da mesma forma que a nova sociabilidade capitalista é concreta, real. É nesse sentido que a escola cumpre uma função social. E também o professor, seja para legitimar as políticas de

mercado e fragmentação social, seja para desmistificá-las. Assim é a função docente, prática social histórica, em permanente transformação.

Face às mudanças na organização do trabalho e à introdução de novas tecnologias, cresce a exigência de um novo tipo de trabalhador, com habilidades gerais de comunicação, abstração e integração. Tais habilidades, requeridas por um trabalho mais complexo, não podem ser adquiridas de imediato na produção, como outrora, quando vigorava o padrão taylorista/fordista. Devem ser desenvolvidas no âmbito da educação escolar.

Para atender a essa demanda, a educação escolar é amplamente requisitada. Desta forma, a Educação Básica adquiriu papel preponderante, sobre tudo o Ensino Fundamental. Neste segmento está reservada à escola a função de desenvolver competências, conhecimentos e atitudes necessárias à socialização do trabalhador.

Dessa forma, este terá adquirido a mobilidade necessária para fazer frente a uma sociedade regida pelas novas tecnologias da comunicação e da informação e pelas novas formas de organização do trabalho. Deverá, principalmente, ser capaz de encontrar alternativas de sobrevivência, face aos impactos da crise do trabalho assalariado, traduzida no aumento do desemprego estrutural e na precarização do trabalho.

Devido a tais mudanças, na produção e na sociedade em geral, as demandas do mercado vêm se impondo nos programas de qualificação profissional com grande impacto na reformulação dos sistemas de ensino e na formação de professores.

7 MATERIAIS E MÉTODOS

A coleta de dados, da presente pesquisa se deu por meio de livros, revistas, sites, entrevistas e de questionários, caracterizados como Positivistas, por basear-se em análise de fatos, com questões abertas e fechadas, direcionados a sete professores da Escola Estadual de Ensino Médio Waldemar Lindemayr, localizada na Rua: Maria Valéria Rempel, Bairro: Cristo Rei.

Foi atribuído aos entrevistados, um prazo de cinco dias para poderem responder aos questionamentos. Após, foi realizada a tabulação dos dados, para que pudessemos concluir nossa pesquisa.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos resultados obtidos, constatamos que 57% dos entrevistados apresentam faixa etária acima de 40 anos e 43% de 30 a 40 anos. Destes, 57% são do sexo feminino e 43% masculino.

Quanto ao grau de escolaridade, obtivemos a seguinte porcentagem de respostas: 57% são pós graduados e 43% apresentam apenas o Ensino Superior Completo. No que se refere ao tempo de atuação na área educacional, 71% afirmaram que trabalham acima de dez anos e 29% de cinco a dez anos. Ao serem questionados se o sistema de avaliação utilizado na instituição em que trabalham tem procurado desenvolver as habilidades individuais dos educandos, houve um percentual de 71% para a resposta “não” e 29% responderam que “sim”. Neste percentual, os 29% justificaram que buscam conhecer a realidade de cada aluno e desenvolver projetos para apresentar a outras escolas e comunidades. Em justificção ao “não”, 29% alega que o sistema educacional exige que os alunos sejam avaliados de forma geral, prova ou mesma prova para todos, sem se importar com as condições de aprendizagem que o aluno foi submetido, principalmente os do horário noturno, onde ainda não se leva em conta o aprendizado no dia a dia; 14% salientam que mesmo procurando conhecer a particularidade de cada aluno, o sistema é conteudista e a avaliação classificatória; 14% afirmam que os alunos possuem pouco interesse, ou não possuem base suficientemente desenvolvida no ensino fundamental que pudesse ligar essas informações e transformar em conhecimento; 14% não opinaram.

Aqui, não podemos nos esquecer que no cotidiano, o que se observa é uma separação da produção de conhecimentos; o reforço ao caráter reprodutivo do ensino; o ensino situado num patamar inferior à pesquisa, quando, paradoxalmente, é ele que deveria formar para pesquisa; e, finalmente, observa-se um descompromisso com a formação de profissionais críticos, que possam intervir no seu processo de trabalho. “É comum o professor que apenas ensina, em especial o de 1º e 2º graus: estuda uma vez na vida, amalha certo lote de conhecimentos e, a seguir, transmite aos alunos, dentro da didática reprodutiva e cada dia mais desatualizada [...]” (Demo, 1996, p. 12).

O percentual de respostas obtidas ao indagar se o atual sistema de avaliação que a escola pesquisada tem utilizado age de forma classificatória, reduzindo o índice de pessoas

que ingressam no Ensino Superior foi de: 42% para a resposta “sim”; 29% “não”; e 29% “às vezes”. Das respostas “sim”, 28% considera que a maioria dos alunos desiste durante o ano letivo porque não estão atingindo a meta estabelecida pela escola e pelo fato do sistema avaliativo apresentar alto índice de reprovação; 14% enfatizam que os alunos não estão preparados para serem pensantes ou conclusivos e sim repetitivos. Dentro do percentual dos que responderam “não”, 14,5% alegam que cada aluno desenvolve os seus conhecimentos de acordo com suas possibilidades e 14,5% respondeu que é obrigação do aluno concluir o Ensino Médio com conhecimento, pelo menos, básico para que seja ingressado numa faculdade. Dos que responderam “às vezes”, 14,5% diz que o sistema educacional orienta que a educação deve ser inclusiva e o educador trabalhe de forma diferenciada, mas quando o educando ingressa numa universidade é avaliado de forma classificatória e eliminatória; e 14,5% argumentam que não tem material didático de apoio suficiente para o professor e que falta motivação dos alunos para buscar um melhor entendimento dos conteúdos envolvidos em sala. Aqui, nos reportamos a Demo (2004), o qual evidencia que se queremos apenas saber se o aluno copia e reproduz conhecimento, basta aplicarmos “prova”. Mas se queremos que ele saiba pensar, argumentar, questionar, prova já não é procedimento adequado.

Portanto verificamos a importância em problematizar a realidade e mobilizar para a ação conjunta, na busca de soluções para problemas significativos levantados por professores e alunos, promovendo assim, conhecimento em uma direção onde há processo permanente e dialético de trocas.

Ao solicitarmos o ponto de vista dos entrevistados, se os métodos avaliativos da escola pesquisada têm contribuído para a redução das desigualdades sociais, atuando como fatores positivos para que a maior parcela de alunos seja bem sucedida no mercado de trabalho, obtivemos os seguintes percentuais: 25% “sim”, pelo fato dos professores trabalharem a realidade dos alunos e considerarem que os alunos ao concluírem o Ensino Médio, precisam ter conhecimento para o mercado de trabalho; 12,5% “não”, caso os alunos não sejam preparados para o mercado de trabalho; 25% disse “não”, pela falta de suporte técnico e didático que dificulta a compreensão do aluno e o trabalho pedagógico diferenciado, bem como a melhor qualificação para a inserção no mercado de trabalho. O educando acaba sendo avaliado de forma quantitativa; 12,5% “não”, enfatizando que os alunos desistem porque não conseguem conciliar o estudo com outras atividades com que estão envolvidos; 12,5% “não”, argumentando que a escola não prepara o aluno para a vida fora da escola; e

12,5% também “não”, pelo fato de a maioria dos alunos desistirem da escola pelo processo de avaliação, sendo assim eliminatória.

Para Valle (1997), formar para o trabalho, ou seja, profissionalizar, requer a capacitação do indivíduo para o desempenho de um trabalho não como reproduzidor de numerosas tarefas, mas como senhor da técnica, dos níveis práticos e conhecedor de suas potencialidades e sua competência criativa, de forma a ser um trabalhador competente, capaz de criar e recriar em cima do que faz.

Quanto ao que se considera um sistema de avaliação com métodos eficazes dentro do processo educativo, os entrevistados tiveram respostas diferenciadas, onde discorreram que o professor precisa deixar de ser conteudista, avaliando de forma transversal e interdisciplinar; há necessidade de salas mais equipadas com materiais de vídeo, laboratórios, e outros; a avaliação deve ser contínua, paralela, programática, qualitativa e não quantitativa, levando em conta a realidade da clientela; as avaliações precisam ser encaradas como processo de aprendizagem e não como objeto de verificação da aprendizagem. É necessário motivar a pesquisa para que haja produção de conhecimento; utilizar os métodos experimentais com novas tecnologias no ensino, pois a aprendizagem por descobertas é mais significativa; educar e avaliar conforme exigências da sociedade, desde a questão da pontualidade; a avaliação deve estar em consonância com a disciplina – avaliar cada conteúdo após o conhecimento do aluno.

Patto (1993, apud DEMO, 2004, p. 79) afirma que a avaliação deveria voltar-se, entre outras coisas, para o combate acirrado contra o fracasso escolar.

[...] podemos organizar este combate mais ou menos da seguinte forma, começando pela situação considerada normal (alunos que apresentam dificuldade de aprender) até situações de extremo desafio (alta distorção idade/série e altos índices de repetência), sem esperar disso, obviamente, alguma receita pronta. (DEMO, 2004, p. 79).

É mister afirmar que temos a tarefa de propiciar aos nossos alunos uma experiência que prepare a sua inserção na complexidade das relações sociais, da cultura e do trabalho, como verdadeiros cidadãos. Isso significa trabalharmos para que sejam autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar em sociedade com competência, dignidade e responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação não se aplica apenas aos conteúdos conceituais das disciplinas, porque também envolve as atitudes e os procedimentos desenvolvidos durante o processo de trabalho. A mesma está a serviço do nosso projeto educacional, é parte integrante dele e partilha de seus princípios fundamentais, tendo como objetivo não apenas a verificação e o registro dos dados do desempenho escolar, mas também privilegia a intervenção que contempla a formação integral do aluno e tem como propósito a evolução e a melhoria contínua da aprendizagem em curso. Está centrada na observação permanente dos processos de ensino e de aprendizagem, levando em conta a diversidade dos processos de aprendizagem e a singularidade de cada um.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista. Educação e realidade**. 4 ed. Porto Alegre, 1991.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação Mediadora**. 12 ed. São Paulo – SP, 2003.

HTTP: // WWW. Novo Progresso. Pa. Gov. BR - acessado em 15/04/2010, às 18:00hs.

Revista F@pciência, Apucarana-PR, ISSN 1984-2333, v.4, n. 6, p. 56 – 60, 2009. 59.

VALLE, R. **Mudanças Tecnológicas na indústria e seus efeitos sobre o trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

VASCONCELOS, Celso. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação: a avaliação do é proibido reprovar ao é preciso garantir a aprendizagem**. São Paulo: Libertand, 1998.